

Empresários mantêm reservas sobre propostas do governo

por Antônio Gutierrez
de São Paulo

O entendimento que o governo pretende estabelecer com a classe empresarial, fixando um limite para a correção dos preços industriais para os próximos meses, não está navegando em águas tranqüilas. Empresários representantes de empresas multinacionais, reunidos ontem na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) para ouvir as propostas do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, enfatizaram que a derrubada da expectativa inflacionária se dará através do mercado livre e não de um teto que limite os reajustes dos preços.

"Qualquer parâmetro para reajuste de preços pode ser uma forma de congelamento e isso exacerbará os aumentos de preços", afirmou o presidente da FIESP, Mário Amato. Ele entende que os aumentos de preços devem ser adotados com base nos critérios da indústria, e não do governo, com a possibilidade de se resolver impasses através das câmaras setoriais.

Há relutância de algumas lideranças empresariais em aceitar as câmaras setoriais como fórum de debates na área de preços, apesar do consenso de que um descontrole na eco-



Mário Amato

nomia poderá comprometer a transição democrática do País.

Para o diretor da Gessy Lever e presidente do Sindicato da Indústria de Perfumaria e Artigos de Tocador, Luiz Dell Nero Netto, as câmaras setoriais, criadas no ano passado, nunca funcionaram e há um descrédito dos empresários em relação a elas. "Os empresários vêem as câmaras setoriais como mais um instrumento burocrático, além do CIP", afirmou.

Mailson, ao saber das críticas, disse que prefere rebatê-las depois que o plano de entendimento estiver finalizado. Por enquanto há apenas uma discussão em torno de idéias gerais, sen-

do que muitos setores ainda estão preparando sugestões para enviar ao governo.

Ao dar as linhas gerais do plano de entendimento, Mailson destacou a necessidade de agilizar as decisões das câmaras setoriais, através da homologação imediata pelo CIP. "Queremos evitar que as câmaras setoriais se transformem em cipezinhos", prometeu.

Pela sua proposta, apena os aumentos de preços que superassem um nível predeterminado é que passariam por uma discussão nas câmaras setoriais. O ministro voltou a afirmar que não pretende adotar um novo choque na economia.

"Nunca fui simpático à idéia das câmaras setoriais", afirmou o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jacy Mendonça. "O caminho ideal é a livre concorrência". Segundo ele, a prática de aumentos de preços pela inflação do mês anterior esbarra em alguns setores que ainda estão com preços defasados. Mendonça exemplificou com o caso da indústria automobilística: este ano os reajustes somaram 430%, enquanto que a inflação, medida pelo IPC, já acumula 510%, segundo ele.

O presidente da FIESP

também reconhece que alguns setores não estão preparados para o acordo.

"Gostaria que todos participassem. Não podemos dizer que os empresários estão assumindo um compromisso, mas que aceitam fazer sacrifícios", disse Amato. O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentação (ABIA) e presidente da Adria, Dante Gallan, observou que o acordo proposto pelo governo tem que atingir toda a cadeia produtiva e também lembrou que, em seu setor, existe defasagem nos preços dos biscoitos.

O presidente da Gessy Lever, Umberto Aprile, afirmou que seu setor está encaminhando um conjunto de sugestões ao governo como contribuição nesse processo de entendimento. A importação de matérias-primas para reduzir a pressão de custos está incluída no estudo, segundo ele.

Nóbrega disse, durante o debate com os empresários, após o almoço, que o Brasil só tem a ganhar com a abertura das importações. Segundo ele, estudos do Banco Mundial indicam que o Brasil poderia triplicar seus negócios com o exterior com uma abertura de mercado. "Mas é um processo difícil de conduzir nesse final de governo", acentuou.